



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL  
DE PERNAMBUCO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA**

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**Jhonathan Anderson Godoy da Silva**

**DIPLOMACIA PRESIDENCIAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE AMBIENTAL.**

**RECIFE-PE  
2023**

**JHONATHAN ANDERSON GODOY DA SILVA**

**DIPLOMACIA PRESIDENCIAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE AMBIENTAL.**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciência Política com Ênfase em Relações Internacionais da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Ciência Política.

Orientador(a): Rafael Mesquita de Souza Lima

**RECIFE - PE**

**2023**

Anderson Godoy da Silva, Jhonathan.

DIPLOMACIA PRESIDENCIAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE AMBIENTAL. / Jhonathan Anderson Godoy da Silva. - Recife, 2023.

42 : il., tab.

Orientador(a): Rafael Mesquita de Souza Lima

(Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, , 2023.

8,2.

1. Diplomacia. 2. Diplomacia Presidencial. 3. Meio Ambiente. 4. Mudanças Climáticas. I. Mesquita de Souza Lima, Rafael. (Orientação). II. Título.

320 CDD (22.ed.)

**Jhonathan Anderson Godoy da Silva**

**DIPLOMACIA PRESIDENCIAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE AMBIENTAL.**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciência Política com Ênfase em Relações Internacionais da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Ciência Política.

Aprovado em: 29/09/2023

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof Rafael Mesquita de Souza Lima (Orientador)  
Departamento de Ciência Política – UFPE

---

Profª Andrea Quirino Steiner  
Departamento de Ciência Política – UFPE

---

Vinícius Silva Santana  
Departamento de Ciência Política – UFPE

**RECIFE - PE 2023**

## AGRADECIMENTOS

À mainha, que me deu uns sopapos com meu livro integrado quando eu, no fundamental, disse que não fiz as atividades de casa por que eu não quis. Hoje, lhe devo toda minha disciplina e consciência. À vovó, que chorou o remanejamento junto comigo na mesa do jantar. À tia Alci, que transpira a influência no estudo e a tia Paula, que conduz um olhar simpático sobre eu ser um dos poucos homens negros em minha turma. Aos meus primos, que trouxeram a graduação como uma consequência pra mim - e a Paminha, que sem esforço torceu por mim na produção deste trabalho. À Rayana e família, que me deu acolhimento em grandes proporções. À Lys e Fernanda, minhas companheiras de turma e de desesperos. À Paulinha e Mateu, que tornam minha vida mais alegre e acreditam em mim mais do que eu mesmo.

À PROPESQ e ao CNPQ, que fundamentaram minha estadia na universidade a partir do estudo remunerado, com produto final e aprendizados que levo pra todo lugar. Aos professores do departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, em especial para Nara Pavão, que me trouxe paixão pelo curso com o seu ensino; a Mariana Batista, que sempre fez estudar política ser divertido e palatável; a Dalson Britto, com todos os seus direcionamentos certos; À Andréa Steiner, que sempre se mostrou disponível; e a Rafael Mesquita, que conduziu com maestria e humanidade o desenvolvimento do meu eu cientista até essa etapa.

*Parece um sonho, mas dói. (Liniker)*

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão se dedica a entender o desenvolvimento da política externa brasileira pelas lentes da diplomacia presidencial, com ênfase no engajamento internacional do Brasil com a pauta sustentável. Analisando os discursos realizados em 332 visitas *ex officio* dos presidentes Luís Inácio Lula da Silva (2003 - 2011) e Dilma Rousseff (2011-2016), entre 2003 e 2016, a hipótese deste trabalho é que há maior menção à pauta climática e ambiental em eventos multilaterais que em encontros bilaterais. Para essa identificação, serão contadas as viagens diplomáticas dos chefes de estado citados diretamente da base de dados 'Rising Powers Diplomatic Network' (<https://doi.org/10.7910/DVN/5FISNQ>), que contém registros quantitativos e qualitativos das visitas presidenciais. A atividade diplomática ambiental de Lula é crescente e apresenta maior frequência de menção ambiental e climática em viagens de cunho multilateral em termos percentuais. Em linhas gerais, a presidenta Dilma assume uma atividade diplomática estável entre os dois mandatos, sem mudanças significativas em sua abordagem ambiental de acordo com a natureza da viagem (bilateral e multilateral). Ainda assim, as viagens multilaterais da ex-presidenta apresentam maior menção à pauta ambiental e climática em encontros multilaterais.

**Palavras chaves:** Diplomacia presidencial; Política Externa; Engajamento climático internacional; Visitas presidenciais; Meio ambiente.

## ABSTRACT

This final paper is dedicated to understanding the development of Brazilian foreign policy through the lens of presidential diplomacy, with an emphasis on Brazil's international engagement with the sustainable agenda. By analyzing the speeches made in 332 *ex officio* visits by Presidents Luís Inácio Lula da Silva (2003 - 2011) and Dilma Rousseff (2011-2016), between 2003 and 2016, the hypothesis of this work is that there is more mention of the climate and environmental agenda in multilateral events than in bilateral meetings. To do this, the diplomatic trips of the heads of state mentioned will be counted directly from the 'Rising Powers Diplomatic Network' database (<https://doi.org/10.7910/DVN/5FISNQ>), which contains quantitative and qualitative records of presidential visits. Lula's environmental diplomatic activity is growing and shows a higher frequency of environmental and climate mentions on multilateral trips in percentage terms. In general terms, President Dilma's diplomatic activity was stable between her two terms in office, with no significant changes in her environmental approach depending on the nature of the trip (bilateral or multilateral). Even so, the former president's multilateral trips featured more mention of the environmental and climate agenda in multilateral meetings.

**Keywords:** Presidential diplomacy; Foreign policy; International climate engagement; Presidential visits; Environment.

## **LISTA DE FIGURAS**

1. Figura 1: viagens de cada um dos presidentes analisados (multilateral e bilateral); p. 26.
2. Figura 2. Gráfico da menção à pauta ambiental por mandato; p. 27.
3. Figura 3. Gráfico da proporção de menções à pauta ambiental por presidente; p. 30.

## **LISTA DE TABELAS**

1. Tabela 1. Contagem de viagens presidenciais dos presidentes do Brasil; p.20.
2. Tabela 2. Menção ambiental em visitas bilaterais e multilaterais; p. 31.
3. Tabela 3. Ranking de organizações internacionais com maior presença dos líderes brasileiros; p.32.
4. Tabela 4. Ranking de países com maior menção positiva à agenda de meio ambiente. p.35

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente

FHC - Fernando Henrique Cardoso

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais

IPCC - Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas

GEE - Gases de Efeito Estufa

MMA - Ministério do Meio Ambiente

NDC - Nationally determined contribution

ONU - Organização das Nações Unidas

PNMC -Política Nacional sobre Mudança do Clima

UNFCCC - United Nations Framework Convention on Climate Change

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2. REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>16</b>
<b>2.1 Política ambiental internacional e meio-ambiente no Brasil .....</b>	<b>16</b>
<b>2.2 Diplomacia Presidencial: uma ferramenta de avanço e análise.....</b>	<b>18</b>
<b>3. ASPECTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>23</b>
<b>3.1 Rising Powers Diplomatic Network.....</b>	<b>23</b>
<b>3.2 Análise de conteúdo: os discursos presidenciais.....</b>	<b>23</b>
<b>3.3 Codificação dos discursos.....</b>	<b>24</b>
<b>4. RESULTADOS.....</b>	<b>26</b>
<b>4.1 Pauta ambiental em viagens bilaterais e multilaterais.....</b>	<b>26</b>
<b>4.2 Destinos e discursos.....</b>	<b>31</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>39</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>41</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A ação independente e além do protocolo por parte do chefe de Estado no campo da política externa pode ser definida, de acordo com Sérgio Danese (2017), como o exercício da diplomacia presidencial. A literatura aponta a introdução desse fazer diplomático como elemento transformador da política externa brasileira, que, embora já contasse com uma atividade diplomática protocolar, ganhou maior eficácia com a adoção da diplomacia presidencial durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2003).

Além de ter a agenda diplomática maior em termos de compromissos externos se comparado aos líderes anteriores, FHC usava do discurso diplomático também como uma ferramenta de política interna. Graças a essa combinação da prática e do discurso, (...) “o próprio enfoque da política externa em geral passou a ser fortemente marcado pelo prisma da diplomacia presidencial (DANESE, 2017, p. 38). Essa associação somada à ênfase dada a essa nova forma de fazer diplomacia no mandato de FHC culminou na consolidação da diplomacia presidencial e das visitas presidenciais por assim dizer como ferramenta indispensável da política externa.

Os chefes de estado subsequentes, em especial, o presidente Luís Inácio Lula da Silva, fizeram uso frequente dessa ferramenta a fim de lançar o Brasil enquanto líder regional da América Latina. A atuação da política externa de Lula deu atenção a matérias como infraestrutura, erradicação da pobreza e da fome e renovação de matrizes energéticas. Esses temas têm uma relação direta com meio ambiente e política climática.

A literatura aponta o início da preocupação política dos atores internacionais com o meio ambiente para meados da década de 1960, ganhando mais destaque com a publicação do relatório "Os Limites do Crescimento" pelo Clube de Roma, em 1972 (MEADOWS et al, 1972). No Brasil, portanto, o desenvolvimento dessa agenda aconteceu por volta da década de 1980, de fora para dentro, em que o país buscou desenvolver uma agenda ambiental adequada à gravidade proposta pelo internacional sobre as consequências da mudança climática. Para explicar como essa internalização aconteceu, Rodrigo Perpétuo (2017) afirma que, “no século XXI, prevalece o sentimento de que eventos mundiais tendem a convergir rapidamente e

a delinear um mundo único, integrado, em que influências econômicas, sociais, culturais, tecnológicas e comerciais atravessam fronteiras tradicionais (2017, p. 36)". Nessa linha, por exemplo, a Conferência do Rio é um pontapé significativo na incorporação de uma política ambiental e climática no Brasil. (BARROS, 2015).

De forma prática, o debate sobre meio ambiente entendia os países emergentes como principais responsáveis pela degradação ambiental e as causas da crise climática. (FIGUEIRA, 2011). Percebe-se que a emergência climática enquanto problema político é uma agenda internacional e transversal a agendas como comércio, erradicação da pobreza, guerra e paz e muitas outras, portanto, surge a pergunta: com que frequência os presidentes brasileiros tratam de sustentabilidade em seus compromissos diplomáticos multilaterais e bilaterais?

Por isso, este trabalho se dedica a verificar a assiduidade da pauta ambiental climática na atividade diplomática dos líderes subsequentes a Fernando Henrique Cardoso, em especial, Luís Inácio Lula (2003 - 2011) da Silva e Dilma Rousseff (2011 - 2016), através da análise dos discursos dos líderes em viagens presidenciais, a fim de entender o alcance dessa agenda nas relações bilaterais e multilaterais do Brasil, sob a hipótese de que compromissos multilaterais tiveram maior menção a questões ambientais do que agendas bilaterais. Considerando que a agenda ambiental é transversal e compartilhada entre as nações, espera-se maior mobilização da agenda em encontros globais do que nos compromissos bilaterais. Ademais, analisando a base de dados Rising Powers Diplomatic Network foi possível perceber que reuniões de cúpula, fóruns regionais e mundiais e outros eventos que reúnem diversas nações mobilizam a transversalidade da agenda ambiental em alianças comerciais, projetos de infraestruturas e outros acordos entre os países com frequência.

Para tal, as visitas serão segmentadas entre bilateral e multilateral, com o intuito de perceber em qual desses níveis de interesse a agenda ambiental está presente no discurso do(a) líder.

O trabalho se organiza a partir da apresentação de um panorama geral sobre os avanços e consolidação da política ambiental no Brasil e no mundo na sessão 'Política ambiental internacional e meio-ambiente no Brasil'. Posteriormente, sob a ótica da diplomacia presidencial, expressam-se os avanços da diplomacia no Brasil no capítulo 'Diplomacia Presidencial: uma ferramenta de avanço e análise',

indicando também como os líderes assumiram o fazer diplomático e seus desdobramentos. Os aspectos metodológicos se estruturam com os tópicos 'Rising Powers Diplomatic Network', 'Análise de conteúdo: os discursos presidenciais' e 'Codificação dos Discursos', dispondo sobre os dados e metodologia aplicada. Por fim, seguimos para os resultados e considerações finais da análise, evidenciando que, embora o surgimento da política ambiental no Brasil tenha se dado de fora pra dentro, a diplomacia presidencial brasileira carrega com Lula um crescimento independente do cunho bilateral ou multilateral da visita realizada, assumindo uma estabilidade também no posicionamento diplomático ambiental da presidenta Dilma Rousseff.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 Política ambiental internacional e meio-ambiente no Brasil

A participação do Brasil em eventos diplomáticos sob a temática de meio ambiente ocorreu no início da década de 70<sup>1</sup>. De acordo com França (2010), a presença do Brasil na Conferência de Estocolmo, em 1972, deu origem à diplomacia de interesse nacional, que buscava apresentar o Brasil como uma nação à frente do terceiro mundo. Tendo em vista que o período ditatorial no país ainda era vigente e os ganhos desenvolvimentistas renderam ao Brasil um crescimento significativo, o discurso ambientalista dos países desenvolvidos durante a conferência revelou o Brasil como, ao invés de um país alinhado à pauta ambiental, como um país pouco simpático para a entrada de ideais ambientais e climáticos no período. Isso por que, para além da segurança que a industrialização da economia representava no “milagre brasileiro”, o regime militar temia o movimento ambientalista por aproximá-lo dos movimentos de esquerda (CORRÊA DO LAGO, 2007, p. 115).

Em meio a esse debate, os países desenvolvidos temiam o crescimento industrial de países como China, Índia e Brasil, sob a ameaça ecológica, populacional e econômica que a industrialização do terceiro mundo representava. (FRANÇA, 2010). Além disso, denúncias de países desenvolvidos sobre o desmatamento da Amazônia convenceram a sociedade civil internacional de que “o principal desafio ambiental global residia na tentativa de alterar a política ambiental brasileira, removendo assim as atenções sobre o excesso de consumo de combustíveis fósseis nos países do Norte” (DUARTE, 2003, p. 30 apud. FRANÇA, 2010).

Nesse contexto, a evolução dessa agenda no Brasil não se deu voluntariamente, mas a partir de pressões internacionais e reformulações internas, que proporcionaram a participação do Brasil em fóruns internacionais de meio ambiente e a absorção nacional para valores ocidentais ambientais. A redemocratização e mobilização da sociedade civil também foi de suma importância

---

<sup>1</sup> Sessões preparatórias da Conferência da Biosfera oferecida pelas Organizações das Nações Unidas e Conferência de Estocolmo (1972)

para a estruturação de políticas públicas, legislações e ações voltadas para a conservação do meio ambiente (VULCANIS, 2023).

Os movimentos do governo federal desde o governo de José Sarney (1985 - 1990) na consolidação de políticas públicas de meio ambiente colocaram o Estado como principal promotor do pensamento ambiental a nível nacional. A condução da pauta ambiental pelo estado brasileiro trouxe, paulatinamente, setores econômicos sustentados sob a exploração de recursos naturais e/ou executores de atividades com alto potencial de poluição para uma transformação de cunho sustentável. Esse protagonismo estatal resultou na formulação e implementação de políticas públicas entre 1980 e 2010. Vulcanis (2023) atesta a contribuição do Ministério do Meio Ambiente e do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) - criando normas técnicas e políticas ambientais -, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (MMA) e dos Recursos Naturais (IBAMA) - executando políticas a nível de fiscalização, gestão, conservação, etc - e com a adesão dos estados e municípios - legislando e executando em seus territórios, proporcionando avanços conjuntos para a agenda ambiental. “O fato de o Brasil ser uma federação trina, onde municípios e estados gozam de relativa autonomia administrativa, reforça a necessidade de pactuação entre as três esferas de governo, e portanto de uma prática multinível, para a implementação bem sucedida da agenda climática” (PERPÉTUO, 2017).

Com a redemocratização fundamentando desenvolvimento da agenda ambiental do Brasil, “entre os dias 03 e 11 de junho de 1992, ocorreu, na cidade do Rio de Janeiro, a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida por Rio-92. Durante a reunião de cúpula desta conferência, reuniram-se delegações de 172 países, dentre as quais 108 contavam com a presença de seus Chefes de Estado ou de Governo” (Corrêa do Lago, 2007 apud. Brandão et al., 2015).

Nesse contexto, a Rio-92 foi um marco importante para o Brasil, que modificou a postura defensiva expressa na Conferência de Estocolmo (1972), para sediar uma das maiores conferências do mundo no período. Vinte anos depois, o Rio de Janeiro sediou a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – ou Rio+20 – em 2012, contando desta vez com a participação de 105 representantes em nível de Chefe de Estado e de Governo e 487 Ministros de

Estado para as reuniões do Segmento de Alto Nível (Corrêa do Lago, 2013 apud. Brandão et al., 2015).

Na forma em que se apresenta, a inserção da agenda ambiental e climática no Brasil requereu o desenvolvimento de um panorama político nacional para sustentação da agenda no país. Segundo, (Romeiro & Parente, 2011), o amadurecimento de políticas públicas nacionais sobre mudanças climáticas pode desempenhar um papel essencial para o avanço da agenda internacional do clima. Dessa necessidade se originam instrumentos como a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), Plano Nacional de Adaptação, Fundo Clima e outros meios dirigidos pelo Ministério de Meio Ambiente, entre 1992 e 2010.

## **2.2 Diplomacia Presidencial: uma ferramenta de avanço e análise.**

Conhecida também como diplomacia de cúpula ou diplomacia de mandatário, a diplomacia presidencial é uma forma do fazer diplomático expressa através da personalidade do mandatário no exercício da política externa. De acordo com Sérgio Danese, a diplomacia presidencial pode ser definida pela condução pessoal de assuntos de política externa, fora da mera rotina ou das atribuições ex officio, pelo presidente, ou, no caso de um regime parlamentarista, pelo chefe de estado e/ou pelo chefe de governo.“(DANESE, 2017, p 67). Conhecida também como diplomacia de cúpula ou diplomacia de mandatário, a diplomacia presidencial é uma forma do fazer diplomático expressa através da personalidade do mandatário no exercício da política externa.

Já no seu início, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso colocou a diplomacia presidencial, na vertente das visitas oficiais, no foco das atenções da mídia, da opinião pública, do Congresso e dos meios acadêmicos” (DANESE, 2017, p 37). A diplomacia tomada por FHC criou genuinamente o rumo da diplomacia presidencial brasileira, desde sua intensidade, no que tange ao montante de compromissos, até o discurso, que, na época, organizou a ação diplomática com coesão e sentido (DANESE, 2017). Essa estratégia orientou os líderes brasileiros subsequentes, construindo pro Brasil um projeto diplomático contínuo a nível regional e internacional.

A partir dos anos 90, portanto, com o avanço da democracia no Brasil, a diplomacia presidencial possibilitou a inserção do Brasil na arena internacional e a reaproximação do Brasil com as grandes potências para o fortalecimento do país em suas relações diplomáticas e a consolidação de agendas até então estrangeiras.

“Nesse panorama de renovação do Brasil e de consolidação de novas credenciais para que o país possa operar no plano externo, terá importância fundamental a participação ativa do presidente na diplomacia de chefes de estado e governo [...]. Por essa razão, estão programadas diversas viagens do presidente da República ao exterior [...] (CARDOSO, 1995 apud DANESE , 2017, p.45).”

Com a introdução da diplomacia presidencial no Brasil como uma atividade assídua, a agenda de Fernando Henrique Cardoso era composta de compromissos bilaterais e multilaterais dos mais diversos, incluindo coroações ou cerimônias de posse, cúpulas de blocos econômicos, assembléias das Organizações das Nações Unidas (ONU) e outras organizações internacionais e regionais, inauguração de projetos de infraestruturas, negociações e acordos, cúpulas de assuntos sustentáveis, etc.

De acordo com Luiz Felipe Lampreia, Ministro de Relações Exteriores durante o mandato de FHC, "as viagens presidenciais são um instrumento de primeira grandeza na promoção dos interesses do país no exterior e na divulgação dos avanços positivos que vêm ocorrendo no país. (CARDOSO, 1995 apud DANESE, 2017, p.50). Nesse mesmo discurso, Lampreia salienta dois objetivos cruciais para a diplomacia presidencial: 1) Elevar o nível de participação do Brasil nos foros decisórios e de coordenação internacionais [...] e 2) Mobilizar o Governo, os meios políticos e empresariais e a sociedade civil organizada em função de interesses específicos no relacionamento com países individuais ou no âmbito multilateral.

Na época, as pressões externas traziam as questões ambientais como um dos interesses internacionais a serem priorizados, e esse compromisso foi atendido pelo Chanceler Francisco Rezek, que declarou: “não pretendemos, e isso deve ficar muito claro, fugir das responsabilidades que nos cabem no tocante à manutenção do equilíbrio ambiental planetário. Estamos dispostos, para essa finalidade, a trabalhar intensamente com os países de todas as outras regiões em

busca de soluções para os grandes problemas que afetam o meio ambiente global. (Corrêa do Lago, 2007, p. 157-158 apud. França, 2010).

Danese (2017) elucida dois caminhos disponíveis para o Brasil frente ao avanço da diplomacia presidencial adotada por Fernando Henrique Cardoso, em que os líderes sucessores ou procurarão elevar o patamar de diplomacia, ou reduzirão de maneira brusca a exposição do país às atividades diplomáticas. A Tabela a seguir é um indicativo de condução da diplomacia presidencial brasileira de 1997 a 2018.

**Tabela 1. Contagem de viagens presidenciais dos presidentes do Brasil.**

<b>Viagens Presidenciais</b>	
<b>Fernando Henrique (1995 - 2003)</b>	121
<b>Luís Inácio (2003 - 2011)</b>	247
<b>Dilma Rousseff (2011 - 2016)</b>	85
<b>Michel Temer (2016 - 2018)</b>	25

**Fonte:** Rising Powers Diplomatic Network

Enquanto líder subsequente a FHC, o presidente Lula atendeu à teoria de Danese (2017), elevando o patamar da diplomacia presidencial do Brasil. Como apresentado na Tabela 1, Lula realizou mais que o dobro de viagens diplomáticas realizadas por Fernando Henrique, entre 1995 e 2003. Com uma diplomacia ativista e representativa, Lula construiu sua diplomacia presidencial de forma diversa, sendo simpático a potências médias e países emergentes do Sul, mas também usando do multilateralismo como ferramenta de emancipação nacional, regional e global (ALMEIDA, 2008).

Expressamente, a diversidade presente no fazer diplomático de Lula se alicerça sobre a continuidade de movimentos diplomáticos advindos da gestão anterior, agora sob a influência e inovação do presidente Lula.

Como ponto baixo da previsão de Danese, a atividade diplomática da presidenta Dilma Rousseff foi marcada por 85 viagens em 6 anos de mandato,

sendo complementada pelo presidente Michel Temer, com apenas 25 visitas presidenciais, de 2016 a 2018.

No início do governo Dilma, a diplomacia brasileira alcançava seu auge. De acordo com Fellet (2013)<sup>2</sup>, “Naqueles anos, o Brasil expandiu agressivamente sua rede de embaixadas – com foco especial na África –, integrou discussões sobre conflitos no Oriente Médio e ampliou exponencialmente seus programas de cooperação com países subdesenvolvidos”. No entanto, embora a presidenta tenha seguido a política externa conduzida por Lula, Dilma não manteve o mesmo entusiasmo ou frequência nos compromissos externos, adotando, ao invés disso, uma postura mais discreta em sua atividade diplomática. Além disso, diversos entraves internos na estrutura organizacional do Itamaraty contribuíram para essa queda da diplomacia presidencial exercida por Dilma, entre eles a saída repentina de Antonio Patriota do comando do Itamaraty e a condução de relações exteriores descentralizada, alterando o papel do Itamaraty agora para algo a ser coordenado com os demais ministérios, o que culminou na restrição orçamentária do órgão. (FELLET, 2013).

Para esta análise, entender a frequência da atividade diplomática dos presidentes brasileiros se faz imprescindível. Primeiro porque, como já foi contextualizado, a diplomacia exercida é uma ferramenta de alcance das nações, de modo que a ênfase dada às viagens - e aos assuntos tratados nesses compromissos - explicita os interesses dos presidentes em questão. Como o nosso objeto de estudo é a diplomacia ambiental, o foco da análise está nos discursos presidenciais proferidos nas viagens, com o fim de identificar os posicionamentos presidenciais a respeito da pauta ambiental e climática nos 332 encontros analisados.

A literatura aponta a incorporação da pauta ambiental no Brasil como um fenômeno atrelado às pressões internacionais (CORRÊA DO LAGO, 2007). Somado a isso, a condução diplomática brasileira indica frequentemente o país enquanto liderança em desenvolvimento. Enquanto ferramenta, a diplomacia presidencial prevê a aproximação das nações a partir de seus interesses comuns, com o fator personalista do presidente, resultando em ganhos mútuos entre os países. A nível multilateral, essa lógica também se aplica, desde que a agenda ambiental é

---

<sup>2</sup> A diplomacia perdeu espaço no governo Dilma? BBC Brasil. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/08/130826\\_diplomacia\\_dilma\\_pai\\_jf](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/08/130826_diplomacia_dilma_pai_jf)

comumente mobilizada em encontros internacionais, dada a transversalidade da pauta. Esse ambiente internacional, portanto, fundamenta o comprometimento do Brasil, que durante o governo Lula se lançou como líder regional. Logo, espera-se encontrar maior menção à matéria ambiental em encontros multilaterais, como uma forma de reforçar os compromissos do Brasil com a agenda ambiental e de chamar a atenção a nível regional e internacional de países envolvidos em cúpulas para cooperação em diversos níveis relacionados com o meio ambiente, como o setor de energia, infraestrutura, agricultura e outros. Para alcançar essas impressões, serão analisados os discursos presidenciais realizados entre 2003 e 2016, para perceber como ocorre o engajamento ambiental do Brasil e em que tipo de viagens.

### 3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 Rising Powers Diplomatic Network

O presente artigo foi desenvolvido a partir da contagem das viagens presidenciais do Brasil envolvendo a pauta climática e ambiental. Para isso, fez-se uso da base de dados Rising Powers Diplomatic Network (<https://doi.org/10.7910/DVN/5FISNQ>)<sup>3</sup>, que registra as atividades diplomáticas dos presidentes e primeiros-ministros do Brasil, África do Sul, Índia e Turquia, desde a década de 90 até 2019.

Na composição da base de dados estão presentes colunas com a data e o ano da visita; o presidente e o mandato em que a visita foi realizada; o destino da viagem, o continente em que se localiza o destino e o ISO - que consiste em uma abreviação do nome do país referente-; a natureza da viagem - se foi bilateral ou multilateral-; no caso de encontros multilaterais, há distinção quanto a se foi para uma organização internacional (OI) ou regional (OR); se tratou da pauta sustentável na viagem analisada; observações gerais e fonte com o endereço do site em que as informações foram encontradas.

A variável “natureza da viagem” é uma das variáveis binárias usadas no trabalho e atende aos indicadores (1) viagem multilateral e (0) viagem bilateral. Para realizar a análise, compreender a natureza da visita é importante para identificarmos como o Brasil incorporou a pauta ambiental, principalmente em compromissos bilaterais. Tal distinção também elucida o caráter coercitivo da política internacional ambiental sobre a absorção da política externa brasileira.

#### 3.2 Análise de conteúdo: os discursos presidenciais

A investigação acerca da pauta climática e ambiental no desígnio da viagem se construiu através da análise dos discursos dos presidentes Luís Inácio Lula da Silva (2003 - 2010) e Dilma Rousseff (2010 - 2016). Foi-se portanto aproveitada a estrutura da base de dados RPDN, incluindo apenas as colunas com informações

---

<sup>3</sup> Desenvolvida por Mesquita (2019) e colaboradores. O autor do presente TCC participou na atualização da base de dados em 2020 - 2021.

sobre o continente de destino da visita e a menção à pauta ambiental e climática no discurso prestado pelo presidente durante a atividade diplomática. Todos os discursos estão disponíveis na Biblioteca do Governo do Brasil e podem ser encontrados no site [www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/).

Foram analisadas apenas as viagens presidenciais do Brasil, com foco nos discursos desses líderes durante os dois mandatos de cada um deles. Vale destacar que o último mandato verificado, da presidenta Dilma durou apenas 1 ano e 8 meses.

### **3.3 Codificação dos Discursos**

Ao todo, foram analisados 330 discursos das visitas presidenciais; todos constam na biblioteca Presidencial da União. Cerca de 50 viagens foram codificadas a partir da leitura de fontes alternativas, como a Agência Brasil, G1, BBC e Uol. Nos encontros em que o discurso do chefe de estado estava indisponível, o uso dos artigos de jornais digitais como fonte limitou o alcance do conteúdo discurso dessas viagens, dado que o acesso se restringiu apenas à agenda da visita, sem aprofundamentos transversais que poderiam ser incluídos na base como tratativa ambiental, por exemplo, a uma agenda comercial.

A etapa de codificação foi efetuada simultânea à leitura dos discursos. A pauta climática e ambiental é amplamente transversal, envolvendo temas como pobreza, igualdade de gênero, segurança alimentar, etc. Por conta disso, foi feito em conjunto com a leitura das notícias o uso de contagem das seguintes palavras relacionadas com a temática: meio ambiente, clima, mudança climática, verde, bio (prefixo), conservação, poluição, carbono, emissão(ões), gases de efeito estufa (GEE) e energia renovável, não para restrição da análise, mas para otimização da mesma.

A partir da análise do conteúdo dos discursos presidenciais e das notícias, as viagens foram identificadas enquanto (1) tratou da agenda ambiental e/ou climática durante a visita ou (2) não tratou da agenda ambiental e/ou climática durante a visita. Em viagens cujos discursos continham alguma palavra chave, a leitura se fazia necessária para identificar se a viagem de fato fazia jus à agenda climática e/ou ambiental ou não. Já nos encontros em que as palavras chaves não foram

detectadas, ainda assim o escaneamento do documento a fim de perceber se a agenda estava presente foi realizado.

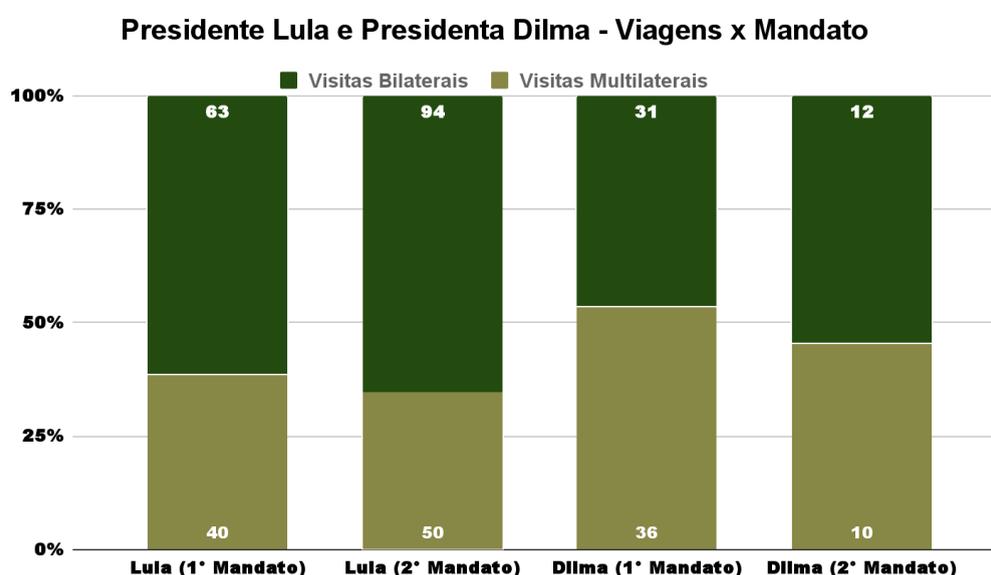
Ao final do preenchimento dessa variável, foi possível verificar o engajamento da política externa dos líderes brasileiros na agenda climática internacional.

## 4. RESULTADOS

### 4.1 Pauta ambiental em viagens bilaterais e multilaterais

Para dar início à análise dos dados, apresentamos a Figura 1, com todos os registros multilaterais e bilaterais por mandato de cada presidente contido na amostra de compromissos externos.

**Figura 1: viagens de cada um dos presidentes analisados (multilateral e bilateral)**



**Fonte: Rising Powers Diplomatic Network**

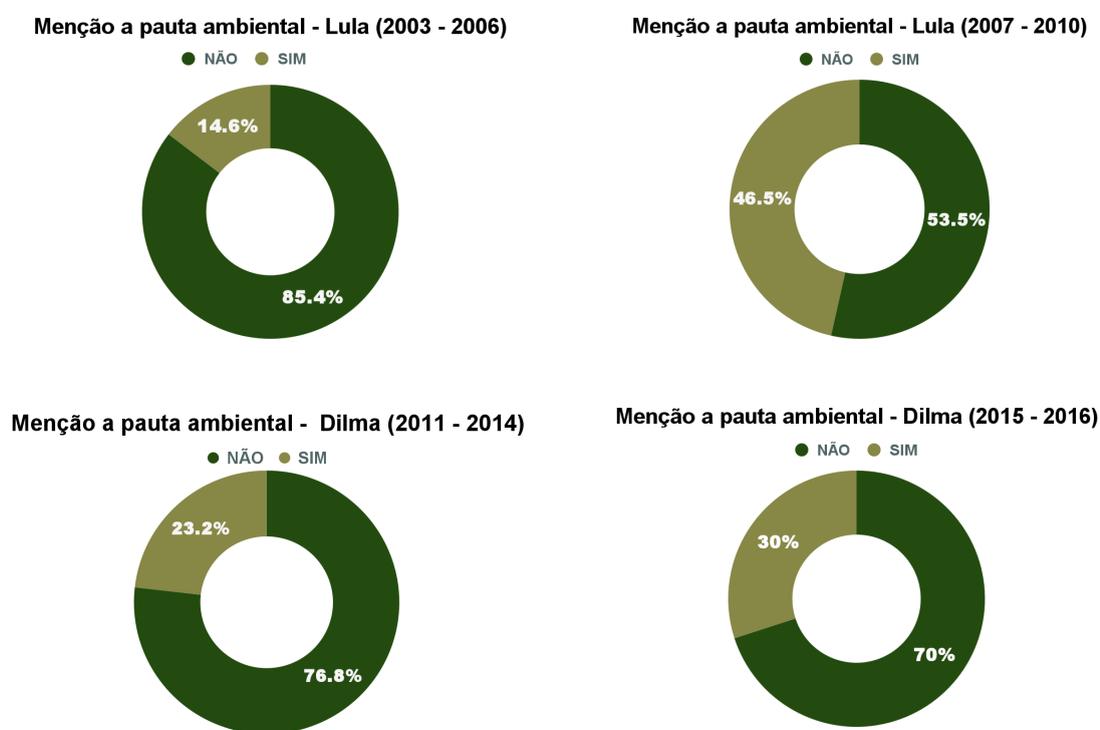
A atividade diplomática do presidente Lula em seus dois mandatos apresenta um número muito equilibrado no que tange à atividade diplomática multilateral (entre 34% e 38%). Lula realizou um total de 247 visitas diplomáticas, das quais 40 foram multilaterais e em seu primeiro mandato. Esse número cresceu para 50 visitas durante o segundo.

Em contrapartida, Dilma apresentou uma queda de 64.4% das visitas presidenciais em relação aos mandatos anteriores do PT, presididos por Lula. Das 89 viagens realizadas pela presidenta Dilma, 46 foram de natureza multilateral, no

qual a maior parte delas foram feitas durante seu primeiro mandato (53%). Desde que a presidenta governou menos da metade do período de seu segundo mandato, apenas 22 viagens foram realizadas, de modo que sua atividade diplomática está concentrada durante seu primeiro termo, com 77 viagens para o exterior. No que se refere às visitas bilaterais, Dilma apresenta a realização de 31 visitas. (46% de seu primeiro termo). Esse número reduz para 12 em seu segundo mandato.

As viagens bilaterais têm maior destaque durante a política externa do presidente Lula, e equivalem a 61,2% e 65% dos seus respectivos mandatos.

**Figura 2. Gráfico da menção à pauta ambiental por mandato**



**Fonte:** RPDN/Produção própria

Os discursos que mencionam questões ambientais que o governo Lula (2003 - 2006) apresenta em seus compromissos ocupam menos de um terço das viagens realizadas no período. Ao invés disso, estão presentes nos discursos impressões sobre comércio, fome, pobreza e outros temas que poderiam se relacionar com meio ambiente a partir de conceitos transversais, como racismo ambiental, justiça climática, segurança alimentar e outros. Em seu segundo termo, o crescimento da

menção à pauta ambiental se expressa em aproximadamente dois terços acima (46%) do quanto o presidente havia tratado da matéria em seu mandato anterior (14%). Isso se deve ao avanço de projetos de integração regional como o Mercosul, que tiveram forte influência sobre negociações na criação do pólo regional de biocombustíveis, o qual o presidente Lula promoveu em vários de seus discursos.

Nossa integração nos faz mais fortes, respeitados e independentes. A criação de um pólo regional de biocombustíveis, por exemplo, garantirá a nossa segurança energética e reforçará nossa posição nas negociações sobre aquecimento global. Juntos estamos em condições de transformar nossas vastas riquezas naturais e potencialidades econômicas em mais bem-estar comum. Unidos temos melhores condições para reclamar justiça, igualdade e equilíbrio na arena internacional.<sup>4</sup> (Lula, apud. Discurso durante Reunião de Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados, 2008, p. 5)

Será dado mais enfoque à presença do Brasil em fóruns internacionais, com o fim de gerar maior entendimento sobre o posicionamento do país nestes eventos específicos na sessão Multilateralismo ambiental brasileiro.

A exemplo do engajamento ambiental bilateral do presidente Lula, durante o encontro com a Primeira Ministra da Ucrânia Yulia Tymoshenko, em 2009, o presidente Lula tratou de questões ambientais internas na assinatura de acordos econômicos, científicos e tecnológicos, onde aproveitou também para promover a geração renovável de energia elétrica, os investimentos em biocombustíveis e outras soluções internas.

Por último, Primeira-Ministra, na questão energética. Essa é uma área em que nós sabemos a competência tecnológica da construção de turbinas pela Ucrânia, e sabemos a competência da engenharia brasileira em construir hidrelétricas. O Brasil tem 85% da sua energia elétrica renovável, portanto, é uma das fontes mais limpas do mundo, e na matriz geral nós temos 47% de energia limpa.<sup>5</sup> (Discurso do presidente Lula durante encontro com a primeira-ministra da Ucrânia- Yulia Tymoshenko, 2009, p. 2)

Ainda a nível bilateral, a postura do presidente não se sustenta apenas para embasar argumentos com fins de cooperação. Em uma visita aos Estados Unidos em julho de 2007, Lula discursou a respeito da emergência climática, envolvendo

---

<sup>4</sup> Discurso do Presidente da República - Luiz Inácio Lula da Silva - durante Reunião de Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados; 01/07/2008.

<sup>5</sup> Discurso do Presidente da República - Luiz Inácio Lula da Silva - durante encontro com a primeira-ministra da Ucrânia- Yulia Tymoshenko; 02-12-2009.

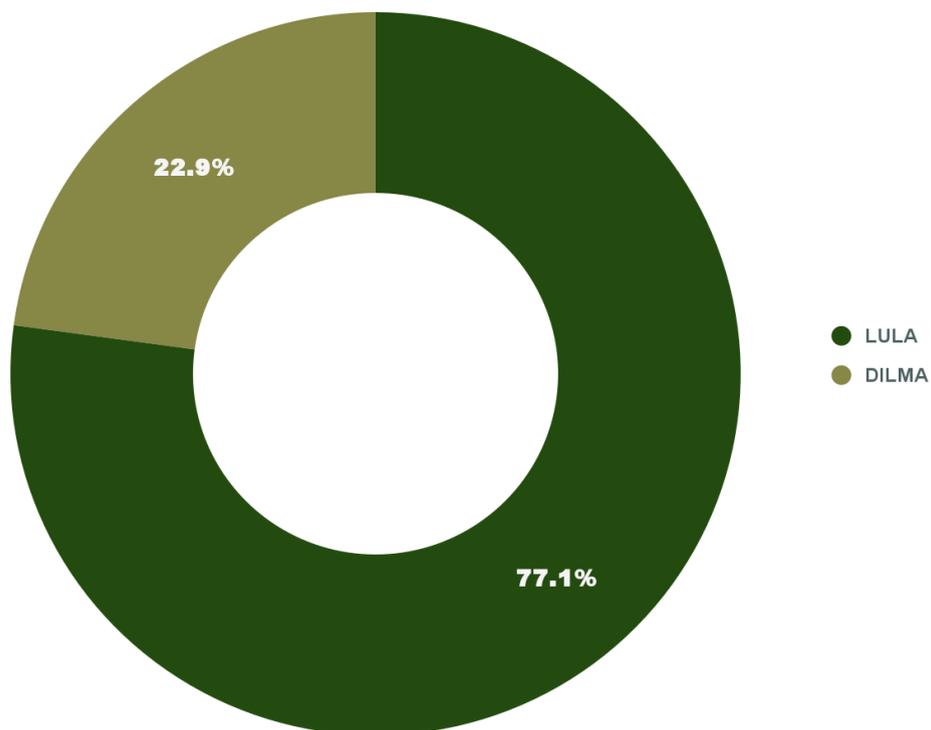
populações vulneráveis, articulação internacional e participação de fóruns de temática sustentável e financiamento climático.<sup>6</sup> Como já citado, o segundo mandato do presidente Lula carregou maior engajamento frente às questões climáticas e ambientais. Isso pode ser compreendido, para além dos compromissos do país com a agenda ambiental, como uma forma de promover o Brasil e suas iniciativas a nível regional e global.

Como percebido na figura 2, há uma crescente de 7% de menções ambientais nos compromissos atendidos pela presidenta Dilma em seu segundo em comparação com o primeiro. Sabendo que a presidenta conduziu uma agenda diplomática mais tímida, as menções a questões relacionadas ao meio ambiente seguem o fluxo de continuidade da diplomacia ambiental do presidente Lula, atendendo a 33% de seus compromissos multilaterais. Como exemplo, assim como o presidente Lula, Dilma constantemente incluiu a agenda ambiental em discursos realizados em cúpulas organizadas pelas Nações Unidas, tratando dos avanços do Brasil nos setores de energia e biocombustíveis.

Para ilustrar, a figura 3 é um agregado dos gráficos anteriores e revela a proporção de menções à pauta ambiental nos compromissos externos do presidente Lula e da presidenta Dilma Rousseff.

---

<sup>6</sup> Declaração à Imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita aos Estados Unidos da América Camp David - EUA, 31 de março de 2007.

**Figura 3. Gráfico da proporção de menções à pauta ambiental por presidente**

**Fonte:** RPDN/Produção própria

Mesmo com uma agenda de compromissos externos extensa, Lula se mostra como o presidente que mais cita o meio ambiente em agendas externas, com mais de 75% por cento das menções positivas à agenda ambiental da amostra. Em contrapartida, a presidenta Dilma apresenta menos de 25% por cento de menção ambiental em seus discursos proferidos em compromissos no exterior.

Para ter uma visão mais precisa, a tabela 2 segmenta a menção ambiental positiva por presidente e por natureza da viagem, evidenciando assim em que tipo de visita - bilateral ou multilateral - os presidentes analisados mais trataram do meio ambiente. Na linha de menção ambiental, 'Presente' representa os discursos em que a pauta ambiental foi mobilizada e ausente, onde não se tratou da agenda.

**Tabela 2. Menção ambiental em visitas bilaterais e multilaterais**

Menção ambiental	Bilateral			Multilateral			Totais		
	Presente	Ausente	Total bilateral	Presente	Ausente	Total multilateral	Presente	Ausente	Total geral
<b>Lula</b>	43	112	155	40	52	92	83	164	247
<b>Dilma</b>	8	38	46	13	26	39	21	64	85

**Fonte:** RPDN/Produção própria

Os registros apontam que, de 155 discursos realizados em viagens bilaterais ao longo dos dois mandatos de Lula, 43 tocaram no assunto meio ambiente, o equivalente a 27.74% da amostra. Dilma, embora tenha uma agenda diplomática reduzida em comparação com a do presidente Lula, a presidenta apresenta 17.39% de seus compromissos diplomáticos mencionando meio ambiente em seus discursos.

A nível multilateral, o presidente Lula fez 92 visitas a cúpulas e fóruns internacionais, nos quais mencionou a pauta ambiental em 40 desses encontros (43,47%). Já Dilma, apresentou 33.33% de seus discursos relacionados a matérias ambientais em compromissos multilaterais.

A seguir, a sessão ‘Multilateralismo ambiental brasileiro’ detalha a adesão da agenda ambiental nas organizações regionais e internacionais mais frequentemente visitadas pelos líderes brasileiros.

#### **4.2 Destinos e Discursos**

O multilateralismo brasileiro se fortalece com a participação em blocos econômicos regionais, como o Mercosul, e com a adesão do Brasil a compromissos internacionais, com destaque para as Organizações das Nações Unidas (ONU), que foi o cenário de debates voltados para preservação do meio ambiente e avanço de práticas de desenvolvimento sustentável. A tabela 3 ilustra em quais organizações os presidentes Lula e Dilma mais participaram ativamente mobilizando a temática ambiental.

**Tabela 3. Ranking de organizações internacionais com maior presença dos líderes brasileiros**

<b>ORGÃO</b>	<b>TOTAL</b>	<b>LULA</b>	<b>DILMA</b>
<b>Mercado Comum do SUL (MERCOSUL)</b>	20	15	5
<b>Organização das Nações Unidas (ONU)</b>	17	13	4
<b>União de Nações Sul-Americanas</b>	13	9	5
<b>Grupo dos 20 (G20)</b>	8	4	4
<b>Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo</b>	7	6	1
<b>Cúpula dos Países Desenvolvidos (G8)</b>	6	4	4
<b>Organizações dos Estados Americanos (OAS)</b>	5	3	2
<b>Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS)</b>	4	1	3
<b>União Europeia (EU)</b>	4	2	2
<b>EU-LAC</b>	4	4	
<b>Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBSA)</b>	4	3	1
<b>Fórum Econômico Mundial (WEF)</b>	4	3	1
<b>América do Sul-África (ASA)</b>	3	2	1
<b>Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)</b>	3		3
<b>RIOGROUP+</b>	3	3	
<b>Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA)</b>	2	1	1
<b>Cúpula dos Países da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento – (CALC)</b>	2	1	1
<b>Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)</b>	2	2	
<b>União Europeia e Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (EU- CELAC)</b>	2		2

<b>G4</b>	2	2	
<b>G5</b>	2	2	
<b>Progressive Governance Forum</b>	2	2	
<b>Sistema de Integração Centro-Americana (SICA)</b>	2	2	
<b>Cúpula entre Brasil, Bolívia e Peru (BRA BOL PER MEET)</b>	1	1	
<b>Cúpula entre Brasil, Turquia e Irã (BRA TUR IRN MEET)</b>	1	1	
<b>Comunidade Andina</b>	1	1	
<b>Comunidade do Caribe ou Comunidade das Caraíbas (CARICOM)</b>	1	1	
<b>Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental - ECOWAS</b>	1	1	
<b>Latin America and the Caribbean Summit</b>	1	1	
<b>Mercado Comum do Sul e União Europeia (MERCOSUL - EU)</b>	1	1	
<b>Nuclear safety and security Summit</b>	1	1	
<b>Organização da União Africana (OAU/AU)</b>	1	1	
<b>Reunião de Presidentes Sul-americanos (SOUTH AM PRES)</b>	1		

Fonte: RPDN/ Produção própria

A nível multilateral, Lula frequentemente expressa o desenvolvimento sustentável como parte do projeto de avanço do país. Nas reuniões de cúpula do Mercosul, Lula reconhece o bloco como um fator fundamental do desenvolvimento das economias da inserção internacional dos países sul americanos, e vende o Brasil como alternativa e referência para superar desafios ambientais regionais.

A experiência brasileira deixa claro seu enorme potencial em termos ambientais, sociais e econômicos. Como sempre, temos pela frente o desafio energético. Além das alternativas tradicionais, que demandam pesados investimentos e prazos mais longos de maturação, penso que os biocombustíveis oferecem uma oportunidade sem paralelos para

transformarmos nossa região em pólo industrial e tecnológico na vanguarda dessa revolução energética.<sup>7</sup> (Discurso do presidente Lula por ocasião da Cúpula do Mercosul, 2007, p. 3)

No Mercosul, que ocupa o topo do ranking de organizações mais visitadas pelos presidentes brasileiros, as questões ambientais foram mobilizadas em cerca de 40% dos discursos dos presidentes, em que, das 20 viagens realizadas por Lula e Dilma, 8 tratam de algum assunto ambiental.

Em eventos internacionais e regionais de outras organizações com menor presença brasileira, as questões ambientais podem surgir com maior frequência. Nas reuniões das Nações Unidas, por exemplo, os compromissos do Brasil com o meio ambiente são reafirmados em conjunto com uma ótica de redução de desigualdades, da pobreza e da fome. França (2010) alerta que essa associação está aglutinada aos interesses da diplomacia ambiental de países em desenvolvimento, de modo que o racismo ambiental é uma consequência dos impactos ambientais, e, por isso, “a diplomacia brasileira procurou associar a degradação ambiental à pobreza, sendo a primeira como resultante desta última, manifestando-se em fenômenos como favelas e queimadas”. (FRANÇA, 2010, p. 8)

Das 17 visitas às Nações Unidas, a temática ambiental está presente em 16 discursos. Nesses encontros, os discursos se pautam sobre a responsabilidade do Terceiro Mundo de se desenvolver de forma sustentável, implementando os acordos ambientais assinados e a partir da ostentação dos títulos que o país acumula, como a maior parte da matriz energética renovável ou a produção de biocombustíveis. No caso do Mercosul, é percebido que os assuntos ambientais são mobilizados pelos presidentes analisados no contexto de cooperação a nível de infraestrutura, em que o discurso fortalece a visão do Brasil como referência natural e em tecnologia ambiental a nível regional.

Trazendo o Acordo de Paris para a discussão, Dilma participou, em 2015, da COP 21, em que lamentou os eventos climáticos extremos que assolam o país (seca no Nordeste, enchentes, ciclones no Sul), com destaque para a tragédia ocorrida em Mariana, fruto do rompimento da barragem da Samarco em Minas Gerais. Dilma leu o evento como o maior desastre ambiental do Brasil fruto do

---

<sup>7</sup> Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da Cúpula do Mercosul Assunção, 29 de junho de 2007

descaso de empresas e reconheceu a COP 21 como um marco histórico, onde assinou o acordo de Paris.

“Nosso acordo não pode ser apenas a simples soma das melhores intenções de todos”.<sup>8</sup>

Mostrando um caso das entidades menores, participando da 19ª Reunião de Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, com enfoque em inovação e conhecimento, o presidente Lula pautou seu discurso no desenvolvimento sobre a luz da sustentabilidade, explicitando os compromissos climáticos internacionais assumidos pelo Brasil, embasados por ações da nação alinhadas com o crescimento verde, porém também lançando o Brasil como rota de inovação no campo da renovação das matrizes energéticas e dos biocombustíveis.

Meus amigos, não haverá desenvolvimento sustentável se não cuidarmos da inovação. Este será um elemento essencial para o sucesso da Conferência de Copenhague sobre as mudanças climáticas. O Brasil assumiu um compromisso ambicioso, o de reduzir em quase 40% nossas emissões estimadas até 2020. Esse esforço exige inovação.” E completou: “No momento em que todos os países buscam diversificar sua matriz energética e cumprir metas ambientais, os biocombustíveis oferecem alternativa segura, limpa e eficaz.”<sup>9</sup> (Lula, durante sessão de abertura da 19ª Reunião de Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, 2009)

A nível bilateral, a tabela 4 elenca os países com menção ambiental por ordem de frequência por presidente do Brasil.

**Tabela 4. Ranking de países com maior menção positiva à agenda de meio ambiente.**

PAÍS	TOTAL	LULA	DILMA
CHILE	3	2	1
ZAMBIA	3	2	1
INDIA	2	2	
ITALY	2	2	
PARAGUAY	2	1	

<sup>8</sup> O GLOBO: Em discurso na COP-21, Dilma fala sobre tragédia em Mariana (MG) Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/em-discurso-na-cop-21-dilma-fala-sobre-tragedia-em-mariana-mg-18179617>

<sup>9</sup> Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante Sessão de abertura da 19ª Reunião de Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo

<b>PORTUGAL</b>	2	2	
<b>URUGUAY</b>	2		2
<b>VENEZUELA</b>	2		1
<b>ALGERIA</b>	1	1	
<b>ANGOLA</b>	1	1	
<b>ARGENTINA</b>	1		1
<b>BULGARIA</b>	1		
<b>BURKINA FASO</b>	1	1	
<b>COLOMBIA</b>	1	1	
<b>CONGO</b>	1	1	
<b>DENMARK</b>	1	1	
<b>EQUATORIAL GUINEA</b>	1	1	
<b>FINLAND</b>	1	1	
<b>FRANCE</b>	1	1	
<b>FRENCH GUIANA</b>	1	1	
<b>GERMANY</b>	1	1	
<b>HAITI</b>	1		
<b>HONDURAS</b>	1	1	
<b>INDONESIA</b>	1	1	
<b>JAMAICA</b>	1	1	
<b>JAPAN</b>	1	1	
<b>KAZAKHSTAN</b>	1	1	
<b>KENYA</b>	1	1	
<b>BELGIUM</b>	1	1	
<b>MEXICO</b>	1	1	
<b>FRANCE</b>	1	1	
<b>MOZAMBIQUE</b>	1	1	
<b>NETHERLANDS</b>	1	1	
<b>NICARAGUA</b>	1	1	
<b>NORWAY</b>	1	1	
<b>PERU</b>	1	1	

<b>SOUTH AFRICA</b>	1	1	
<b>SWEDEN</b>	1	1	
<b>SWITZERLAND</b>	1	1	
<b>TANZANIA</b>	1	1	
<b>UKRAINE</b>	1	1	
<b>UNITED KINGDOM</b>	1	1	1
<b>UNITED STATES</b>	1	1	1

Fonte: RPDN/Produção própria

Os discursos ambientais a nível bilateral seguem mostrando os avanços ambientais no Brasil no que tange a energia, conservação de florestas e da biodiversidade, desenvolvimento de biocombustíveis. A tabela 6 apresenta números que podem ser agregados regionalmente no futuro para entender melhor o engajamento ambiental do Brasil nesses espaços, com foco também nos acordos bilaterais assinados para ter o entendimento robusto das ações do Brasil para além dos discursos. De pronto, é possível perceber maior presença do Brasil em países da América Latina e da África.

Para registro, na visita realizada em 2016, para o Chile o segundo maior parceiro do Brasil na América do Sul na época, a presidenta Dilma deu um depoimento valorizando a criação do Ministério de Ciência e Tecnologia no país, e sugere cooperação no setor de infraestrutura em projetos de energia renováveis e outros assuntos de cunho ambiental:

“Acredito que a criação do Ministério de Ciência e Tecnologia do Chile vai contribuir para promover ainda mais nossa cooperação no setor de ciência, tecnologia e inovação. Nessa área nós já identificamos várias oportunidades como as tecnologias de comunicação, de informação, a biotecnologia tanto em fármacos, as energias renováveis, enfim, a prevenção e a mitigação de desastres naturais.”<sup>10</sup>(Dilma Rousseff, por ocasião da visita ao Chile - Santiago, Chile)

<sup>10</sup> 26-02-2016 - Declaração à imprensa da Presidenta da República, **Dilma Rousseff**, por ocasião da visita ao **Chile** - Santiago/**Chile**. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-por-ocasio-da-visita-ao-chile-santiago-chile>

De acordo com Rodrigues (2016) , a ação diplomática brasileira esteve focada em construir pontes para que diferentes tipos de atores encontrassem uma forma de conciliar seus interesses”. Isso não só vai de encontro com os discursos proferidos a nível multilateral, mas também bilateral, pela forma que o país se disponibiliza para a cooperação na arena internacional em oportunidades difusas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agenda ambiental no Brasil encontrou dificuldades em sua gênese. Este trabalho visa, portanto, elucidar tais dificuldades para explicar o curso da diplomacia presidencial ambiental e os respectivos avanços no Brasil. No entanto, enquanto limitação do trabalho, não foram analisadas as negociações e os acordos assinados pelos líderes, apenas os discursos presidenciais presentes realizados em eventos multilaterais e bilaterais, especificamente no que tange a matérias ambientais e climáticas. Dado o alcance do trabalho, foram selecionadas partes dos discursos para ilustrar os padrões dos posicionamentos dos líderes, não adentrando profundamente em todos os conteúdos tratados nos discursos.

A base de dados utilizada consiste na atualização própria da Rising Powers Diplomatic Network, com o fim de colher as impressões ambientais dos discursos presidenciais dos líderes analisados.

A manifestação da primeira onda ambientalista durante o governo ditatorial colocou a política brasileira em uma espécie de encruzilhada, que a depender da direção comprometeria o governo ditatorial instalado. “Para o governo militar, o crescimento econômico representava a base de legitimação do seu sistema político, sem o qual o regime se encontraria seriamente ameaçado” (FRANÇA, 2010, p.10).

Com a redemocratização, as movimentações do governo federal para administrar os desafios de construir um arcabouço legislativo e executivo para o meio ambiente foram crescentes e articuladas com diversas instâncias nacionais (incluindo estados e municípios) e internacionais. A mediação de conferências internacionais de meio ambiente como a Rio 92 e a Rio +20 transformaram o olhar internacional sobre o Brasil. Esses resultados não estão concentrados apenas sobre os líderes analisados nesse trabalho, de modo que os avanços da agenda ambiental interna e externa são contínuos.

A nível diplomático, Fernando Henrique Cardoso foi precursor da diplomacia presidencial no Brasil, comprometido também em responder à agenda ambiental, com a missão de desfazer as impressões negativas da comunidade internacional sobre a adesão do país a essa agenda, até então multilateral.

O presidente Lula entra na análise como um gestor dedicado à diplomacia presidencial, participando de diversas cúpulas a nível internacional e regional, e

levando o meio ambiente em seus discursos com diferentes fins. Entre seus objetivos, está posta a motivação de lançar o país enquanto líder regional e na África, no qual as matérias mobilizadas pelo presidente para fins comerciais em projetos de infraestrutura são fortalecidas pelos avanços em projetos de meio ambiente, tais quais atestam os ilustres discursos. A frequência assídua do presidente em eventos multilaterais de meio ambiente é ratificada em cada cúpula, trazendo a realidade da desigualdade brasileira, associando a pobreza e a fome à degradação do meio ambiente, às mudanças do clima e à insegurança alimentar.

A diplomacia presidencial da presidenta Dilma, assim como a de Lula, acompanha o fluxo de volume das viagens realizadas, de modo que entre 2011 e 2016 houve uma queda de 65% das viagens presidenciais, se comparado com as viagens internacionais realizadas entre 2003 e 2010. Dito isso, a diplomacia ambiental de Dilma exerce a continuidade do presidente Lula a nível de projetos, mas não de assiduidade em sua atividade diplomática.

Os números apontam maior menção da pauta ambiental e climática em discursos proferidos em compromissos multilaterais, atendendo a 43% das viagens multilaterais realizadas por Lula e a 33% das viagens da ex presidenta Dilma, confirmando assim a hipótese do trabalho. No entanto, isso ainda não faz com que meio ambiente seja uma pauta extremamente relevante nos discursos diplomáticos. Nos compromissos bilaterais, apenas 27% (Lula) e 17% (Dilma) dos discursos mencionam a pauta ambiental e climática. Nos discursos de eventos multilaterais, a ausência das pautas ambiental e climática chegam a 57%(Lula) e 67%(Dilma).

O presidente Lula, em contrapartida, além de investir ainda mais em compromissos externos em seu segundo mandato, apresentou uma diferença de 16% de menção ambiental em compromissos multilaterais entre compromissos multilaterais e bilaterais, tendo destaque nos órgãos internacionais Mercosul, Nações Unidas e Unasul.

A diplomacia presidencial, além de ser uma ferramenta para os líderes estreitarem relações entre si, é uma forma de se inserir e sobreviver no cenário internacional. De acordo com Fonseca (1998), a mudança de paradigma da diplomacia brasileira para o meio ambiente ocorreu comprometida com um tipo de “renovação de credenciais” do país frente à comunidade internacional. Logo, independente das inflexões e dada a relevância crescente do ambientalismo devido

à crise climática que se instala, entende-se a necessidade mais forte da incorporação da agenda ambiental e climática em arenas de interações difusas, ou seja, a nível multilateral, onde as nações usam do discurso e firmam compromissos para difundirem seus interesses, aumentando assim sua capilaridade em se desenvolver.

## 6. REFERÊNCIAS

**ALMEIDA**, P. R. de .. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. *Revista Brasileira De Política Internacional*, 47(1), 162–184, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292004000100008>. Acesso em: 23/09/2023

**BARROS**, Antonio Teixeira de. Política partidária e meio ambiente: a adesão dos partidos políticos brasileiros à agenda verde. *Opinião Pública*, Campinas, v. 21, n. 3, p. 693-733, set./dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912015213693>). Acesso em: 23/09/2023

**BRANDÃO**, Luciana Costa et. al. A Política Externa Brasileira para o Meio Ambiente: um estudo comparado da Rio-92 e da Rio+20<sup>1</sup>. 1º Seminário Internacional de Ciência Política Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Set. 2015. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/3.-BRAND%C3%83O-Luciana-Costa-A-Pol%C3%ADtica-Externa-Brasileira-para-o-Meio-Ambiente-um-estudo-comparado-da-Rio-92-e-da-Rio-20.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2018. Acesso em: 26/09/2023

**DANESE**, Sérgio. Diplomacia presidencial : história e crítica / Sérgio Danese. – 2. ed. rev. – Brasília : FUNAG, 2017. Disponível em: [http://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/loc\\_pdf/222/1/diplomacia\\_presidencial:\\_historia\\_e\\_critica](http://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/loc_pdf/222/1/diplomacia_presidencial:_historia_e_critica). Acesso em: 23/09/2023

**FRANÇA**, Joan Frederick Baudet Ferreira: A política externa brasileira para o meio ambiente: de Estocolmo a Joanesburgo; 2009; CADERNOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, v. 3, n. 1, 2010. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/15465/15465.PDF>. Acesso em: 23/09/2023

**FELLET**, João. A diplomacia perdeu espaço no governo Dilma? BBC News Brasil, 2013. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/08/130826\\_diplomacia\\_dilma\\_pai\\_jf](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/08/130826_diplomacia_dilma_pai_jf). Acesso em: 23/09/2023

**FIGUEIRA**, Ariane C. Roder. Atuação diplomática brasileira nas negociações internacionais do meio ambiente.. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2001, 3., 2011, São Paulo. **Proceedings online...** Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais - USP, Available from:

<[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC000000122011000100028&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000122011000100028&lng=en&nrm=abn)>. Acesso em: 05 June. 2023.

**MEADOWS**, DONNELA H., et al. The Limits to Growth: A Report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind. New York: Universe Books, 1972. Acesso em: 23/09/2023

**MESQUITA**, Rafael. (2019). Introducing the Rising Powers Diplomatic Network (RPDN): A Dataset for Rising Powers' Presidential Diplomacy and Diplomatic Presence Abroad. *Rising Powers Quarterly*, 3(4), 17-31 issn: 2547-9423. Acesso em: 23/09/2023. Disponível em: [https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/64476/ssoar-risingpowersq-2019-4-mesquita-Introducing\\_the\\_Rising\\_Powers\\_Diplomatic.pdf?sequence=1&isAllowed=y&lnkname=ssoar-risingpowersq-2019-4-mesquita-Introducing\\_the\\_Rising\\_Powers\\_Diplomatic.pdf](https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/64476/ssoar-risingpowersq-2019-4-mesquita-Introducing_the_Rising_Powers_Diplomatic.pdf?sequence=1&isAllowed=y&lnkname=ssoar-risingpowersq-2019-4-mesquita-Introducing_the_Rising_Powers_Diplomatic.pdf)

**PATRIOTA**, A. de A. . (2023). Política externa dos anos Dilma (2011-2016): um Brasil com influência global. *CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs*, (6), 16–39. Recuperado de <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/120>. Acesso em: 23/09/2023

**PÉRPÉTUO**, Rodrigo. O ACORDO DE PARIS, O BRASIL E AS CIDADES. *Cadernos da Escola Paulista de Contas Públicas*, v. 1, n. 1, p. 29-33, 2017. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/epcp/cadernos/index.php/CM/article/download/9/9>. Acesso em: 23/09/2023

**RODRIGUES**, Elze C. A Atuação Internacional do Brasil para as Mudanças Climáticas: as COP de 2009 a 2015. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). UNESP/UNICAMP, PUC-SP, Programa San Tiago Dantas de Pós Graduação em Relações Internacionais. São Paulo, 2016. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC\\_SP-1\\_3c5f525eb48f263a435e0d9699a6cebd](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_SP-1_3c5f525eb48f263a435e0d9699a6cebd). Acesso em: 23/09/2023

**ROMEIRO**, Viviane e **PARENTE**, Virginia. Climate Change Regulation in Brazil and the role of Subnational Governments. *Climate Change in Brazil*. Tradução . Brasília: Ipea, 2011. p. 358. . Acesso em: 23 set. 2023. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002392098>. Acesso em: 23/09/2023

**VULCANIS**, Andreia. Federalismo ambiental: como resolver conflitos entre entes federativos. ABEMA, 2023. Disponível em: <https://www.abema.org.br/noticias/1247-federalismo-ambiental-como-resolver-conflitos-entre-entes-federativos>. Acesso em: 23/09/2023